

O TRABALHO FEMININO SOB O NEOLIBERALISMO: CONTRIBUIÇÕES DE NANCY FRASER E SILVIA FEDERICI

Women's labor under neoliberalism: contributions from Nancy Fraser and
Silvia Federici

Enrico Bueno¹

Beatriz Amorim²

Hoanna Késia Damas de Jesus Amorim³

Marianna Damas de Jesus⁴

Resumo

A presente revisão bibliográfica trata do trabalho feminino sob o neoliberalismo a partir das contribuições de Nancy Fraser e Silvia Federici. O texto indica que, não obstante as divergências teóricas e analíticas entre as filósofas, ambas abordam a centralidade do trabalho de reprodução social para a compreensão do modo de produção capitalista. Quanto ao avanço da ideologia e doutrina socioeconômica neoliberal, as autoras tratam das contradições envolvidas na inserção das mulheres no mercado de trabalho formal sem uma concomitante superação do caráter generificado e não reconhecido do trabalho socio-reprodutivo. Abordam, ainda, os dilemas e ambiguidades do movimento feminista em face desse cenário. A fim de averiguar o tratamento dessa problemática, a bibliografia central abrange textos publicados no Brasil pelas autoras na última década, com algumas alusões a trabalhos anteriores, bem como referências a interlocutores importantes para as construções teóricas em questão.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Divisão sexual do trabalho; Feminismo; Reprodução social; Trabalho reprodutivo.

Abstract

This literature review addresses women's labor under neoliberalism based on the contributions by Nancy Fraser and Silvia Federici. The article shows that, despite the theoretical and analytical divergences between the philosophers, they both address the centrality of reproductive labor for understanding the capitalist mode of production. Regarding the advancement of neoliberal ideology and socioeconomic doctrine, the authors discuss the contradictions involved in women's integration into the formal labor market without a concomitant overcoming of the gendered and unrecognized nature of socio-reproductive work. They also address the feminist movement's dilemmas and ambiguities in the face of

¹ Professor Assistente na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista (Unesp). E-mail: enrico.bueno@unesp.br. <http://orcid.org/0000-0002-3822-8209>.

² Graduada em Ciências Sociais pelo Instituto Federal de Goiás, campus Anápolis. E-mail: bsda4836@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0008-9338-8580>.

³ Graduada em Ciências Sociais pelo Instituto Federal de Goiás, campus Anápolis. E-mail: hoannakamorims@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0004-6509-7963>.

⁴ Graduada em História pelo Instituto Federal de Goiás, campus Goiânia. E-mail: mariannadamas23@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0004-9683-2318>.

this scenario. In order to investigate the approach to this issue, the core bibliography includes texts published in Brazil by the authors in the last decade, with some references to previous works, as well as references to important interlocutors for the theoretical constructions analyzed.

Keywords: Neoliberalism; Sexual division of labor; Feminism; Social reproduction; Reproductive labor.

Introdução

O presente artigo se insere entre as tentativas de compreender as formas pelas quais o neoliberalismo – entendido como ideologia, doutrina socioeconômica ou racionalidade – exerce seu poder sobre o trabalho das mulheres e a subjetividade feminina, tendo em vista as contribuições das filósofas Nancy Fraser e Silvia Federici a respeito do tema.⁵ O texto pauta-se pela hipótese de leitura, fundamentada em ambas as autoras, de que o neoliberalismo impõe e amplifica a necessidade da mulher de se provar enquanto “sujeito útil” para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo que passa ao largo de realizar o reconhecimento, material e simbólico, do *trabalho não-pago de cuidado*, generificado e essencial para a reprodução do modo de produção capitalista.

Para nortear a pesquisa, foi necessário fazer, em um primeiro momento, uma análise do tratamento das autoras acerca da relação entre o modo de produção capitalista e o trabalho das mulheres. Disto trata a primeira seção do artigo, de caráter mais histórico e genealógico, em que foi preciso expandir o escopo bibliográfico para apreender a construção da ideologia da feminilidade. Em uma segunda seção, é discutido como Fraser e Federici analisam as influências e imposições do neoliberalismo sobre a subjetividade feminina; assim, buscaremos tratar da especificidade da ideologia da feminilidade no cenário neoliberal, identificando como este aprofunda e incrementa processos anteriores. Na terceira seção, por fim, o artigo apresenta a compreensão das autoras a respeito dos desafios e contradições das lutas feministas diante do cenário descrito.

Para alcançar tais objetivos, foram articulados como bibliografia principal trabalhos publicados pelas autoras no Brasil ao longo da última

⁵ O artigo é resultante do Projeto de Pesquisa intitulado “Trabalho feminino e feminilidade sob o neoliberalismo”, desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), câmpus Anápolis, sob o escopo do Grupo de Estudos em Teoria Social e Políticas Públicas (GETESPP).

década: de Silvia Federici, os livros *Calibã e a bruxa* (2017), *O Ponto zero da revolução* (2019a), *Mulheres e caça às bruxas* (2019b) e *O patriarcado do salário* (2021), além dos artigos “O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva” (2014) e “Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina” (Federici; Valio, 2020); de Nancy Fraser, os livros *Feminismo para os 99%* (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019), *Capitalismo em debate* (Fraser; Jaeggi, 2020), *O velho está morrendo e o novo não pode nascer* (Fraser, 2021) e *Capitalismo Canibal* (2024), além dos artigos “Por trás do laboratório secreto de Marx” (2015) e “Contradições entre capital e cuidado” (2020).

Assim, o artigo considera que, a despeito das diferenças de fundamentação teórica e análises particulares, as autoras apresentam um interessante grau de convergência no que se refere à crítica do caráter feminilizado do trabalho de reprodução social, da essencialidade de tal trabalho ao modo de produção capitalista, inclusive neoliberal, e da necessidade de a crítica anticapitalista incorporar de forma mais central esses aspectos. Destarte, o enriquecimento desta interlocução teórica pode ser de grande valia para subsidiar pesquisas empíricas dedicadas a analisar formas de dominação e opressão incididas sobre as mulheres, particularmente ao tratarem do contexto da hegemonia neoliberal.

Capitalismo e o trabalho das mulheres

Em sua acepção moderna, o capitalismo costuma ser caracterizado em função da Revolução Industrial, a qual pode ser compreendida em dois momentos (Hobsbawm, 1991). Em sua primeira fase (1770-1780), destacou-se por ser um processo conceitual na mudança das mentalidades acerca das concepções de modo de trabalho e produção, seja na racionalização das práticas de trabalho e das formas de produção, seja no modo de vida do trabalhador. Eric Hobsbawm (1991) destaca que a partir de 1780 já se torna possível perceber uma mudança nos padrões produtivos das sociedades europeias. Já a segunda fase da Revolução Industrial é marcada pela acentuação de uma acumulação de capital, gerando assim a necessidade de

aplicação deste, seja no investimento em novas tecnologias para o crescimento da indústria, mas também em outros setores da vida comum.

O sociólogo Karl Polanyi, em *A grande transformação*, aponta que, junto à industrialização, desenvolve-se também um novo tipo de ideologia econômica, o *liberalismo*; segundo o autor “o liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado.” (Polanyi, 2000, p. 152). Polanyi atenta também a debater como esse liberalismo econômico passa a ser compreendido na forma de um credo, que começa a organizar os princípios da sociedade; um sistema ideológico que sustenta a base da acumulação, mas principalmente da exploração, enquanto, com essas transformações do mundo do trabalho, o próprio trabalho e os trabalhadores passam a ser considerados mercadorias.

A análise marxista do modo de produção capitalista, porém, não se limita ao momento imediato da produção de mercadorias e suas ideologias correspondentes. Além de tratar da circulação, da distribuição e do consumo – também contemplados por Marx (2011, p. 44-53) sob sua perspectiva de totalidade –, o marxismo trata, desde suas primeiras décadas, do problema da *reprodução social* (Engels, 1984). Nesse sentido, Rosa Luxemburgo, chama atenção para a fundamentalidade desse momento para a realização da acumulação capitalista:

O lucro como fim útil e determinante é, pois, o fator que preside, nessa sociedade, não só a produção, mas *também a reprodução*, não só o processo de trabalho e distribuição dos produtos. [...] A produção capitalista é essencialmente a produção de incontáveis produtores privados sem plano regulador algum, sendo a troca a única ligação social que os vincula. Portanto, para a determinação das necessidades sociais, *a reprodução só pode contar com as experiências do período de trabalho anterior*; essas experiências, porém, são particulares (Luxemburgo, 1970, p.13-14. Grifos nossos).

Essa discussão se tornou importantíssima ao feminismo marxista nas décadas seguintes, que, dentre outras discussões, pautou como uma certa divisão sexual do trabalho atribuiu compulsoriamente às mulheres a responsabilidade pelas “experiências particulares” que constituem o trabalho reprodutivo. É em face dessa problemática que Silvia Federici, em sua obra *Calibã e a Bruxa*, propõe uma análise da transição do modo de produção feudal para o capitalista a partir do ponto de vista feminino, visando apreender

os processos históricos que estabeleceram essa responsabilidade. De saída, nota-se que esta perspectiva busca: rastrear, tal qual Marx no capítulo 24 de *O Capital*,⁶ os processos sociais germinais do capitalismo, séculos antes da própria indústria; mostrar algumas das implicações que esses processos germinais trouxeram para as mulheres; argumentar como essas implicações se vinculam à feminilização da esfera da reprodução social no capitalismo e como esta deve ser compreendida como fonte de criação de valor e exploração.

Para isso, Federici mobiliza categorias caras às obras de dois importantes referenciais das teorias críticas da modernidade capitalista: Karl Marx e Michel Foucault. Do primeiro, assimila principalmente a discussão histórica sobre a *acumulação primitiva de capital*; do segundo, apreende a abordagem genealógica a respeito do corpo e da sexualidade na modernidade. Federici não deixa de apontar em sua obra algumas debilidades nas investigações de Marx e Foucault, sobretudo quanto à questão de gênero. Particularmente, a crítica da autora a Marx gira em torno de pensar as questões ligadas à acumulação primitiva, a respeito do qual o autor se limitaria à gênese do proletariado masculino assalariado. Federici elenca novos elementos para debater sobre este processo, em que a acumulação primitiva se caracterizaria como fenômeno transversal nas diferentes fases do capitalismo, que visa o barateamento do trabalho e esconde a exploração do sujeito feminino e dos sujeitos que empreenderam sua força de trabalho para a construção do mundo colonial.

Sobre a obra de Foucault, a filósofa aborda a questão do corpo numa perspectiva de se pensar as práticas de dominação e disciplinamento incididas pelo patriarcado e pelo capitalismo sobre as mulheres, seja através do controle da reprodução, a imposição de padrões de beleza, bem como o estupro e os maus tratos. Segundo a autora, Foucault trata a construção do poder a partir de práticas discursivas, sendo compreendida como algo não imediatamente concatenado às relações econômicas – o que Federici contrapõe ao elencar o corpo feminino como um “terreno de exploração e resistência” a partir de uma perspectiva mais materialista. Portanto, as críticas a Marx e Foucault se

⁶ O capítulo 24 de *O Capital*, intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, trata do “processo histórico de separação entre produtor e meios de produção”, o qual “constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 2017, p. 789).

referem ao fato de que ambos os autores minimizam o trabalho das mulheres em suas teorias, e que, devido a isto, não conseguem ter ampla compreensão de como o capitalismo afeta o sujeito feminino. Ao não levarem em consideração a *caça às bruxas* como um movimento de repressão à liberdade das mulheres e sua vinculação com a “transição” para o capitalismo, ignoram que este sistema possui um caráter repressivo de poder aplicado especificamente ao corpo feminino.

Sinteticamente, a leitura histórica de *Calibã e a bruxa*, aprofundada em trabalhos mais recentes como *Mulheres e caça às bruxas*, aponta para a concatenação entre os cercamentos ingleses nos séculos XVI e XVII e a produção das caças às bruxas. Os cercamentos, no caso, são compreendidos como fenômeno modelar de acumulação primitiva de capital, pelo qual “a classe proprietária de terras e membros abastados da classe camponesa cercaram terras comuns, colocando fim aos direitos consuetudinários e desalojando a população de agricultores e colonos que delas dependiam para sobreviver” (Federici, 2019b, p. 48). Ao tomar como objeto a ascensão da caça às bruxas na Europa, Federici quer demonstrar como a perseguição a determinadas mulheres compunha um movimento de violenta coerção das mesmas a uma divisão sexual do trabalho necessária à acumulação capitalista que então se estruturava, na qual elas eram constituídas como “produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho” (Federici, 2017a, p. 17). Em suma, a autora argumenta que o nascimento do capitalismo, e da divisão sexual do trabalho correspondente, requereu a destruição de determinados sujeitos femininos: “a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião” (*idem*, p. 24). Isso porque, segundo sua demonstração histórica, “as mulheres propuseram a primeira linha de defesa contra os cercamentos, tanto na Inglaterra como no ‘Novo Mundo’, e foram as defensoras mais aguerridas das culturas comunais ameaçadas pela colonização europeia” (Federici, 2014, p. 151).

Em seus trabalhos recentes, Nancy Fraser parece se aproximar de Federici. Após se notabilizar pelo debate sobre redistribuição e reconhecimento nas teorias da justiça social, entre as décadas de 1990 e 2000

(Bueno, 2021), os textos da autora vêm se deslocando para a aproximação com a heterodoxia marxista, em crítica contundente ao feminismo liberal. Em artigo publicado originalmente em 2014 – cujas ideias foram mais tarde incorporadas ao livro *Capitalismo Canibal* (Fraser, 2024) –, Fraser aborda a semi-proletarização dos lares como uma forma de funcionamento do modo de produção capitalista, sendo este uma forma acentuada da precarização do trabalho feminino. Segundo Fraser (2015, p. 710), mesmo o modelo de capitalismo fordista e de bem-estar

era capaz de promover o consumismo da classe trabalhadora nos países centrais apenas por meio da semi-proletarização dos lares, que combinava o emprego masculino com a domesticidade feminina, e da restrição ao desenvolvimento do consumo de mercadorias na periferia. A semi-proletarização é até mais nítida no neoliberalismo, que construiu toda uma estratégia de acumulação por meio da expulsão de bilhões de pessoas da economia formal para as zonas cinzentas informais, das quais o capital desvia valor.

Também recuperando a análise marxiana da acumulação primitiva, Fraser chama atenção para um “giro epistêmico” operado por Marx para tratar do tema. Segundo a filósofa, após uma explanação sistemática dos mecanismos ocultos da *exploração* capitalista, o capítulo 24 de *O Capital* (Marx, 2017) passa a apontar a *expropriação* como condição de fundo possibilitadora da autovalorização do capital. Com esse movimento, ele teria demonstrado que a crítica do capitalismo não deveria se restringir à exploração camuflada pela “troca de equivalentes”, mas também tratar das precondições não mercadológicas (inclusive a violência explícita e a expropriação arbitrária de bens comuns) presentes na origem e no funcionamento corrente do capitalismo.

Nesse ponto, é necessário extrapolar as autoras para trazer alguma palavra sobre a dimensão ideológica desse processo, ou seja, sobre a construção de uma “feminilidade” que fosse condizente com a legitimação dessas novas formas de expropriação. Embora já estivesse presente de forma difusa em estudos e reflexões anteriores, a discussão da feminilidade é considerada um marco da segunda onda do feminismo, a partir das obras de Simone de Beauvoir (1970) e Betty Friedan (1971); no Brasil, destaca-se

particularmente o estudo de Margareth Rago (1987), já sob marcada influência foucaultiana.

Sob a crítica do caráter generificado do trabalho reprodutivo, essa crítica aponta que, para a reconfiguração da feminilidade, alguns pressupostos foram utilizados pela burguesia, sobretudo o apoio ao confinamento da mulher no ambiente doméstico, caracterizando o ambiente do trabalho ou ambientes sociais como inapropriados para a circulação feminina (pois prejudiciais à família). A maternidade foi fomentada como um dever sagrado reservado unicamente às mulheres, tendo por embasamento central o discurso científico de aleitamento materno e os cuidados com as crianças de maneira integral – como argumenta Rago (1987), que partilha com Federici a influência foucaultiana. Ademais, consolidou-se um modelo de casamento no qual a figura primordial de autoridade se centrava no homem e pôs fim à propagação do discurso no qual as mulheres seriam indivíduos assexuais, sendo a sexualidade feminina reservada para fins reprodutivos. A construção da mulher-mãe seguia os pressupostos de sacrifícios realizados por parte das mulheres; Rago (1987, p.65) caracteriza que “um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual”. Reforça-se, assim, um discurso que atribui a vocação natural da maternidade às mulheres, centralizando nelas a responsabilidade pelo ambiente doméstico.

O trabalho de Federici não se encontra alheio a essa discussão. Tratando da “derrota histórica” que foi imposta às mulheres a partir da caça às bruxas, a autora aborda as nuances da representação ideológica das mulheres.

A partir desta derrota, surgiu um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal — passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas. Esta mudança começou no final do século xvii, depois de as mulheres terem sido submetidas a mais de dois séculos de terrorismo de Estado. Uma vez que foram derrotadas, a imagem da feminilidade construída na “transição” foi descartada como uma ferramenta desnecessária, e uma nova, domesticada, ocupou seu lugar. Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século xviii o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados,

mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles (Federici, 2017, p. 205).

Assim, a partir das leituras de Fraser e Federici, bem como de uma bibliografia complementar, podemos em suma compreender como *trabalho não pago* não apenas o tempo de sobretrabalho apropriado pelo burguês (mais-valia), mas também a mão de obra feminina que está longe do “mercado de trabalho oficial” e que sustenta a base do capitalismo: o trabalho doméstico e reprodutivo. Podemos, ainda, verificar como determinados dispositivos de subjetivação alimentaram uma ideologia da feminilidade correspondente a esse processo.

Neoliberalismo, mulheres e reprodução social

Sob a nova roupagem do capitalismo contemporâneo, globalizador e neoliberal (Fraser, 2020), ambas as autoras discutem a onda de impulsionamento da mulher à dupla (e mesmo tripla) jornada de trabalho, sendo esta propiciada pela redução da remuneração média dos trabalhadores homens, sugerindo assim uma entrada massiva de mulheres na ordem mercadológica do capitalismo financeirizado. Esse problema começa a ser estudado por Fraser ainda na década de 1990 e se estende até os trabalhos contemporâneos da autora, com destaque para “Contradições entre capital e cuidado” (Fraser, 2020), *Capitalismo em Debate* (Fraser; Jaeggi, 2020) e, mais recentemente, *Capitalismo Canibal* (Fraser, 2024).

Em linhas gerais, o argumento de Fraser (1994) consiste no seguinte: considerando que as políticas do *welfare state* mobilizavam uma ideia normativa de família enquanto heterossexual, nuclear e de dominação masculina, o período em que esse modelo político vigorou foi o do *salário familiar*. Nele, predominava a noção de que o mercado de trabalho formal deveria ser majoritariamente masculino, com rendimentos capazes de sustentar toda uma família, enquanto à mulher caberia o serviço doméstico e trabalhos flexíveis para uma renda complementar. Entretanto, a emergência da ideologia e doutrina socioeconômica neoliberal, associada a justas lutas feministas, estaria acarretando algumas transformações: poucos empregos garantem o sustento a toda uma família; a presença das mulheres no mercado

de trabalho é cada vez maior; transformadas pelo aumento dos divórcios e das liberdades ligadas ao gênero, as famílias são cada vez mais distintas daquele ideário que pautava o salário familiar.

Essas transformações contêm elementos claramente progressistas, mas que não deixam de se inserir em uma contradição: segundo Fraser, o “salário familiar” está hoje sendo deslocado pela “família de assalariados”, em que um montante maior de horas de trabalho passa a ser requerido ao sustento familiar. E isso ocorre sem uma superação da divisão sexual do trabalho (em que a reprodução sexual segue majoritariamente atribuída às mulheres), tampouco das desigualdades de gênero quanto aos salários e acesso a cargos de alta qualificação.

Nesta perspectiva, a ascensão do neoliberalismo, não obstante os avanços das lutas feministas, permanece tendo como fundamento a perpetuação da reprodução social pautada pelo trabalho exercido pelas mulheres, não reconhecido e não remunerado como tal, como aponta também Federici (2019a). Para ela, o corpo feminino, além de reproduzir vida em massa, reproduz o próprio sistema, inserindo a nova geração no ritmo neoliberal, sendo, desse modo, a base da reprodução estrutural através da venda e expropriação de sua força social de trabalho.⁷

Tendo em vista a construção social que viabilizou a consolidação do neoliberalismo, tanto Fraser quanto Federici constatarem que o trabalho considerado por séculos como feminino é uma rica base de exploração das mulheres e presta uma manutenção diária sobre as principais máquinas de base do neoliberalismo (os próprios trabalhadores). Para tal, o trabalho feminino de cuidado (Fraser, 2020) foi uma construção histórica da sociedade patriarcal. Não sendo incorporado de forma clara e expressando a importância dessa “atividade feminina”, mas como para o ser humano um “oxigênio”, um ar para os pulmões da estrutura neoliberal. Assim, o capitalismo financeirizado opera, além da exploração da mulher no mercado de trabalho,

⁷ Cumpre ressaltar que a força social definida aqui é o empenho das mulheres em manter seus papéis sociais na criação e preservação de uma falsa feminilidade defendida pelo espectro do capitalismo. Desse modo, o agir das mulheres enquanto sujeitos sociais precede a ideia de sujeito individual que detém uma identidade formada a partir de si. Apesar de uma vertente marxista não observar o trabalho doméstico como uma mercadoria socializada, Federici avança ao inovar a teoria sobre o que de fato pode ser considerado um trabalho para além do recebimento de um salário.

uma exploração da vida social da mulher, expropriando tanto sua identidade quanto sua força de trabalho.

Contudo, conforme argumenta Fraser (2021), apesar de necessitar do trabalho de reprodução social para existir, o neoliberalismo nega meios para sua execução: com a absorção, por parte do neoliberalismo, do discurso feminista, mulheres com intuito de exercerem a sua liberdade muitas vezes abdicam da maternidade para não prejudicar a própria carreira profissional; ao passo que, contraditoriamente, o capital segue demandando mais operários, o que requer também a disponibilidade de sujeitos para formá-los (material e ideologicamente) de forma não remunerada. Além disso, mesmo quando a maternidade se efetiva, as condições para a realização do cuidado são diminutas, o que fragiliza qualitativamente o trabalho reprodutivo. No caso das classes médias e altas, ocorre a atribuição desse trabalho a mulheres de classes mais baixas ou estrangeiras (em geral mal remuneradas e desprovidas de direitos trabalhistas), o que mantém o caráter feminilizado e desvalorizado da reprodução social.

Nos termos de uma ideologia econômica neoliberal, com o enxugamento de direitos sociais e sem avanços efetivos na superação da feminilização do trabalho de cuidado, a entrada das mulheres (em condições precarizadas) no mercado de trabalho provoca uma contradição no seio do próprio neoliberalismo (Fraser, 2020, 2024; Arruzza *et al.*, 2019). Os impactos são instalados nas entranhas sociais a partir da subvalorização do “trabalho feminino”, o que envolve a desqualificação dos estudos das mulheres em detrimento de suas competências e designação acerca da manutenção das atividades do lar. O sujeito mulher, dentro do escopo neoliberal, é subjugado a um maquinário incumbido de inúmeras funções; parafraseando Marx, a mulher é um meio de produção (e, sobretudo, reprodução) pertencente ao modo de produção capitalista e à sociedade contemporânea – vinculada à mais-valia na totalidade.

Assim, o principal ponto de intersecção na relação entre o neoliberalismo e o trabalho das mulheres ocorre na “esfera privada”, ao reproduzir as estruturas da sociedade neoliberal, tratando a esfera privada

como área pessoal da vida. Fraser observa que pela lógica da nova face do capitalismo,

de um lado, a reprodução social é uma condição de possibilidade da acumulação de capital continuada; de outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social dos quais ele depende (Fraser, 2020, p.263).

Há, com efeito, uma contradição flagrante passível de desencadear uma crise no próprio neoliberalismo, uma vez que há uma necessidade de sempre existir sujeitos para a realização do trabalho de cuidado. Nas condições da divisão sexual do trabalho vigente, as mulheres são os sujeitos que fundamentam não somente sua própria exploração como também a mantêm e prestam uma manutenção no trabalho precarizado na produção econômica direta. Segundo Fraser, a exportação de mão de obra para trabalhos domésticos não só fortalece essas relações desiguais entre homens e mulheres, como acentua a distinção entre o “nativo” e o “estrangeiro” com a terceirização do trabalho doméstico para uma mulher contratada em condições precárias, quando não análoga à escravidão. Por isso, a autora defende que a luta das mulheres deve ser para além de fronteiras, requerendo tomada de consciência acerca dos processos econômicos, sociais e políticos que ocorrem à sua volta.

Concomitantemente, como visto, há a problemática da exploração e sujeição da mulher no próprio mercado de trabalho formal. Quando Naomi Wolf (2018) descreve a inserção das mulheres no mercado de trabalho na década de 1970 e as implicações derivadas desse ambiente, evidencia as contradições desse processo ao tratar de problemáticas psicológicas e físicas que passam a atingir as mulheres no ambiente fabril e empresarial. Com mulheres sendo assediadas e objetificadas em prol do desempenho de outros funcionários, o processo de expropriação da mulher significa sua expropriação enquanto pessoa para um espectro de feminilidade e submissão.

A feminilização do trabalho reprodutivo e o processo histórico de inserção precarizada da mulher no ambiente de trabalho formal não são os únicos elementos da problemática de expropriação. Federici (2019) aponta o emergente discurso de reestruturação global da economia como um

movimento de empobrecimento feminino. A Nova Divisão Internacional do Trabalho é descrita pela autora como uma máscara de universalização acerca da modernização global, o que de fato não passa de um discurso para alcançar uma nova produção econômica para a demanda do mercado global. Seria uma segunda onda de colonização e cercamentos para a perpetuação do sistema vigente e para assegurar a reprodução de mais-valia. Dessa perspectiva, a expropriação vigente em alguns continentes reforça a segunda onda de caça às bruxas, um neocolonialismo pautado no trabalho majoritariamente feminilizado pelo capitalismo financeirizado.

Em síntese, a transformação dos estágios no capitalismo reflete a condição imposta aos sujeitos que carregam todo o trabalho invisível, mas que possuem um impacto social em todas as camadas das tessituras da sociedade contemporânea. Portanto, o ponto de partida para uma alocação justa é a própria produção social da história, a partir da criticidade do próprio sistema mantido inconscientemente pelos cotidianos sobrecarregados que são parte do parâmetro de normalidade destinado ao corpo feminino. A desnaturalização do trabalho doméstico como feminino é a base para recriação de novos parâmetros, construindo uma nova estrutura no mundo material. Portanto, como afirma Teixeira (2021, p. 219), “trata-se da afirmação de que o modo de ser do corpo sempre depende diretamente das condições materiais de nossas vidas e, portanto, que nossos corpos são constituídos continuamente por relações com o mundo social circundante”.

A heterogeneidade conflitiva das mulheres enquanto organização de luta social dificulta a tomada de consciência acerca dos acontecimentos que afetam sua concepção de aceitabilidade do normal, corroborando a apropriação do seu tempo e interesses. Assim, segundo Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), o capitalismo acaba utilizando essa circunstância para modelar o imaginário social ao ser feminino que lhe for mais vantajoso. A mulher é um sujeito reproduzido socialmente: iniciado na concepção de feminilidade e de seus papéis desempenhados, a reclusão e o empoderamento da mulher são uma resposta não somente ao ser subjetivo quanto ao social. A designação de utilidades específicas do sujeito é construída com base nas

necessidades dos sistemas econômicos, políticos, culturais e sociais de um lugar.⁸

Esta é a tese defendida tanto por Federici quanto por Fraser: a possibilidade de transformações advindas de um ser mais subjetivo que alcance a escala global, para além do gênero. Assim, a luta das mulheres pela apropriação do valor gerado em seu trabalho de reprodução social pode ser encarada como um momento capaz de propiciar um novo sistema social, econômico e político pautado na equidade de valorização material e simbólica para as mulheres.

Desafios contemporâneos do movimento feminista

Assim como ocorre na explicação social da expropriação das mulheres, as análises de Fraser e Federici sobre as lutas feministas envolvem convergências e divergências. Em geral, ambas apresentam uma compreensão de que a apropriação do corpo feminino para reprodução social ainda é um cenário presente no neoliberalismo, ganhando novas camadas e contradições. Ou seja, observa-se uma apropriação massiva e naturalizada, realizada pelo capitalismo no que diz respeito ao corpo feminino e a tudo que lhe pertence (subjetividade). O neoliberalismo, além de se apropriar da *psique* do gênero feminino, apropria-se ainda dos elementos biológicos, impondo a opressão ao corpo feminino como uma condição natural para a reprodução da força de trabalho.

Nesse processo de compreensão da atuação do movimento feminista frente às mutações do capitalismo, Federici (2019a) aponta que o enfrentamento à ordem social vigente corresponde a um enfrentamento às estruturas sociais do próprio sistema, que não somente impactam o gênero feminino, mas todo o corpo social. Alinha-se, assim, a uma perspectiva crítica do capitalismo, segundo a qual “o feminismo, ao longo de sua história, trouxe à tona questões que não apenas estavam ligadas aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente o capital.” (Cisne; Gurgel, 2008, p.70). A autora compreende, a partir disso, que uma das formas de

⁸ O lugar, nesse sentido, é um recorte do espaço-tempo (Holzer, 2003) e os arranjos sociais obedecem à lógica constitutiva desse recorte; nessa lógica, os indivíduos têm a possibilidade de reconfigurar os próximos estágios.

enfrentamento que o movimento feminista deveria realizar seria atribuição da remuneração e o reconhecimento material do trabalho reprodutivo a partir do Estado, além de uma remodelação das formas em que esse trabalho é exercido cotidianamente. Ao reconfigurar as formas como o trabalho doméstico é realizado abre-se uma oportunidade para as mulheres terem autonomia para negar a própria natureza do trabalho doméstico.

Nesse sentido, a filósofa italiana estabelece um olhar crítico de como os movimentos feministas ao longo da história não lutaram pelo reconhecimento do trabalho doméstico como força vital de reprodução do próprio capitalismo. Observa que, historicamente, o movimento se concentrou sobremaneira na luta pelo direito das mulheres ao mercado de trabalho formal que, por sua vez, poderia propiciar às mulheres a garantia do seu espaço no mundo. Não contava que a conjuntura neoliberal conduziria a maior sobrecarga de trabalho ao gênero feminino, encaminhando a dupla, ou mesmo a tripla jornada de trabalho.

Ainda a esse respeito, Fraser recupera a tese do “movimento duplo” de Karl Polanyi para caracterizar as nuances neoliberais e as lutas em torno delas: “às instituições sociais e, submetidos a normas morais e éticas, os partidários do ‘mercado enraizado’ buscavam construir um mundo no qual a sociedade, a moral, a ética estavam subordinadas aos mercados e modeladas por eles” (Fraser, 2011, p. 619). O ponto de partida dessa interlocução é o modo como Polanyi teorizou sobre a crise capitalista: entende que o sociólogo húngaro não a compreendeu apenas como problema oriundo do abalo econômico mediante suas contradições internas, mas antes relacionada à desintegração de comunidades, desfazimento de solidariedades e destruição da natureza.

Em sua teorização, Polanyi tratara de duas formas estilizadas de relação conflitiva entre “economia e sociedade”: um “mercado enraizado”, no qual se busca sua subordinação e controle pela moral presente na sociedade; ou um “mercado desenraizado”, não regido por instâncias exteriores às econômicas. Assim, a disputa fundamental seria entre os esforços dos interesses do Capital em desenraizar os mercados e os contra-esforços em proteger a sociedade, a natureza e a organização produtiva de um ideário de

autorregulação mercantil. A essa disputa, Polanyi denominou movimento duplo. Para Fraser, a teorização ajuda a interpretar a conjuntura neoliberal contemporânea, mas possui limites: a autora entende que Polanyi romanceia a “sociedade” e ajuda a absolver formas de proteção social que ratificam dominações (por exemplo, a naturalização do caráter feminino do trabalho de cuidado que se encontra subjacente à política do “salário familiar” masculino sob o *welfare state*). Assim, seria indevida a preferência do autor pela “proteção social” pura e simplesmente. Entendendo que não basta à crítica feminista enraizar a economia nos valores morais existentes, Fraser propõe transformar essa concepção em *movimento triplo*: o terceiro elemento seria a emancipação. Segundo ela, se a *mercantilização* se opõe à regulação econômica pela sociedade e a *proteção social* se opõe à desintegração social pelos mercados desregulados, a *emancipação* quer se opor às formas de dominação de onde quer que venham: da “sociedade” ou da “economia”.

Em outras palavras: o movimento feminista historicamente articulou e acumulou uma demanda da emancipação feminina capaz de questionar tanto o caráter androcêntrico e unilateral da burocracia do *welfare state* quanto os efeitos desigualitários e opressivos às mulheres da mercadorização social. Contudo, nas últimas décadas, Fraser nota uma crescente “aliança” entre forças feministas de emancipação social e forças mercadológicas de desenraizamento dos mercados – uma “afinidade eletiva perversa” (Fraser, 2009) mediante a qual o próprio conteúdo transformador da emancipação é esvaziado, e esta é reduzida a ideias individualistas de “reconhecimento” e “empoderamento”. Trata-se da hegemonização do feminismo liberal (Arruzza *et al.*, 2019), que culmina no fenômeno denominado por ela de “neoliberalismo progressista” (Fraser, 2021). Em contraponto, a autora argumenta pela urgência da recuperação da articulação entre o feminismo e o anticapitalismo, de modo a colocar um horizonte de igualdade, ou de *paridade participativa* (Fraser, 2011) como referencial normativo para as lutas feministas.

Assumindo para sua filosofia política o princípio universal de igual valor moral enquanto premissa da justiça, Fraser trata a paridade participativa como condição de que os membros adultos de uma sociedade possam participar como parceiros, sem assimetrias de poder, na interação

social. Das relações domésticas ao debate público, passando pelo mercado de trabalho e ambiente político, “o requerimento moral é que aos membros da sociedade seja garantida a possibilidade de paridade, se e quando eles escolherem participar em uma dada atividade ou interação” (Fraser, 2007, p. 118). Nesse sentido, superar injustiças significa superar os arranjos sociais que impedem a paridade, eliminar os obstáculos à igualdade de condições na interação. Isso requer a luta tanto por *redistribuição* material quanto por *reconhecimento* cultural e simbólico.

Por conseguinte, para o estabelecimento da paridade participativa, observa-se a necessidade de se compreender como elemento estruturante do capitalismo o trabalho de reprodução social, que historicamente fora atribuído ao gênero feminino. É isso que se nota nas produções mais tardias da autora, em que o problema do cuidado vem à tona de forma mais explícita. Segundo Fraser (2020, p.264),

o subsistema econômico do capitalismo depende de atividades socio-reprodutivas que lhe são externas e que constituem uma de suas condições de possibilidade de fundo. [...] a economia capitalista depende de – poderíamos dizer: parasita – atividades de prover, cuidar e interagir que produzem e mantêm vínculos sociais, apesar de não lhes conferir qualquer valor monetizado e tratá-las como se custassem nada. Chamada quer de “cuidado”, quer de “labor afetivo”, quer de “subjetivação”, tal atividade forma os sujeitos humanos do capitalismo, sustentando-os como seres naturais dotados de corpo, ao mesmo tempo que os constitui também como seres sociais, formando seu *habitus* e o *ethos* cultural no qual eles se movem.

A consciência do trabalho socio-reprodutivo como base do neoliberalismo salienta-se nos pressupostos históricos, na medida em que, para a mulher, “o trabalho de dar à luz e socializar as crianças é central para esse processo, assim como cuidar dos idosos, manter lares, construir comunidades e sustentar os sentidos compartilhados, as disposições afetivas e os horizontes de valor que dão suporte à cooperação social” (Fraser, 2020, p.264). Em resumo, pode-se afirmar que esses estudos mais recentes de Fraser endossam a perspectiva segundo a qual a construção de uma efetiva paridade participativa requer uma resposta efetiva ao problema da reprodução social e da feminilização do trabalho de cuidado. Trata-se de uma demanda por justiça social que se refere, a um só tempo, à redistribuição e ao reconhecimento.

Conforme demonstrado, defronte a um novo sistema ideológico (ou uma nova racionalidade) que imputa às mulheres diferentes frentes de trabalho exploratório e precarizado, o trabalho de reprodução social, invisibilizado, segue sendo uma das grandes bases do próprio sistema capitalista. Quanto a isso, Federici (2019, p. 44) nos apresenta mais uma convergência importante em relação a Fraser, bastante elucidativa quanto aos desafios da luta feminista.

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procuraram esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório.

Federici, ao discutir as maneiras com que o trabalho doméstico/cuidado se estabelece socialmente, explicita a presente necessidade de remuneração desse trabalho invisibilizado; não somente a remuneração do trabalho doméstico, mas a remodelação das práticas sociais, tal que propicie autonomia às mulheres. Nesse ponto, a autora aponta uma ausência e dificuldade distinta de Fraser quanto ao feminismo contemporâneo: a falta de luta por parte dos movimentos feministas pela divisão do trabalho doméstico para com todos os indivíduos resultará na necessidade de que mulheres, ao terem que ir trabalhar fora, recorram ao trabalho também subvalorizado de outras mulheres, muitas vezes as mesmas imigrantes, ampliando, por sua vez, as lacunas e contradições do capitalismo quanto ao gênero.

Logo, observa-se uma justaposição em que mulheres, por estarem atarefadas, contratam outras mulheres, especialmente imigrantes, para realizarem os trabalhos domésticos, creditando nesse processo mais dor e mais potência ao capitalismo, que porventura tem seu sistema abastecido com mais capital. Federici discute as formas com que as estruturas de reprodução

social foram normalizadas pelo capitalismo e como esses processos têm sido manipulados e reestruturados a partir do neoliberalismo. Por conseguinte, esse sistema ainda admite que mulheres que ocupam altos cargos “se apoiem sobre mulheres imigrantes mal remuneradas a quem subcontratam para realizar o papel de cuidadoras e o trabalho doméstico” (Arruzza *et al.*, 2019, p. 28).

Em vista disso, tanto Fraser quanto Federici entendem por urgente que a auto-organização do movimento feminista contemple mais devidamente as questões que envolvem a autonomia e paridade de gênero, frente a um sistema que se sustenta à base de exploração. Clamam, assim, por uma recuperação da articulação entre feminismo e anticapitalismo, mas agora pautando crescentemente a problemática da reprodução social (com apoio da análise marxiana da acumulação primitiva, sobre a qual ambas se embasam).

Embora as autoras ressaltem os desafios e contradições da luta feminista atual, não podemos deixar de tratar das potencialidades vislumbradas. Por exemplo, ao tratar dos movimentos de mulheres na América Latina contemporânea, Federici e Valio (2020) identificam o fortalecimento de um feminismo contraneoliberal, no qual

ao desafiar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcalismo e da destruição ecológica, as mulheres estão construindo novas formas de existência que rejeitam a lógica de mercado e as políticas mais recentes sobre a reprodução da vida cotidiana, canalizando o poder das relações afetivas que tradicionalmente caracterizaram a esfera doméstica na produção da solidariedade social (Federici; Valio, 2020, p. 3).

A ênfase da perspectiva normativo-emancipatória de Federici, contudo, não radica na norma de justiça social da *paridade participativa*, mas no horizonte da defesa do “bem comum” – “as terras, as florestas e as águas, assim como os bairros ameaçados pela gentrificação” (Federici; Valio, 2020, p.3) – mediante a qual defende-se também valores culturais, identidades sociais e sistemas de conhecimento ameaçados pela destruição ambiental e o deslocamento forçado de comunidades. Assim, no artigo “Na luta para mudar o mundo”, Federici mobiliza uma série de exemplos – de Chile, Equador, Bolívia, Argentina, México e Brasil – de movimentos de mulheres indígenas e negras, camponesas e urbanas, que têm pautado a defesa das comunidades,

as atividades das companhias transnacionais, a desvalorização do trabalho doméstico, o direito de as mulheres controlarem suas atividades reprodutivas e a violência de gênero.

Essa centralidade das mulheres na luta ecológica e contra os novos cercamentos do bens naturais comuns decorre, para a autora, do fato de serem as principais afetadas pela desapropriação e pela degradação ambiental, na medida em que são responsáveis pela reprodução social: “são as mulheres que cuidam dos que adoecem por causa da contaminação pelo petróleo, porque a água usada para cozinhar, lavar e limpar é tóxica, e porque a desnutrição é decorrência da perda da terra e da destruição da agricultura local” (Federici; Valio, 2020, p.3).

A “política do comum”, à qual Federici se alinha como horizonte anticapitalista, significa um contraponto aos “novos cercamentos”, ou seja, às tendências de privatização e individualização dos bens comuns (que vão de recursos naturais a conhecimentos tradicionais, passando por bens digitais, serviços e direitos) que avançam acompanhadas da destruição de formas de cooperação social. Em face das lutas que emergem nesse contexto, a ideia do comum estruturou um novo horizonte normativo para a esquerda radical, sob a qual a perspectiva de Federici reclama a rearticulação daquilo que, no capitalismo, foi separado pela divisão social do trabalho. De modo mais específico para o problema em tela, isso envolve a *coletivização* e *comunitarização* do trabalho doméstico do cuidado: “uma razão crucial para criar formas coletivas de vida é que a reprodução dos seres humanos consiste no trabalho mais intensivo que existe sobre a face da Terra, a tal ponto que se mostrou um trabalho irreduzível à mecanização” (Federici, 2014, p. 155). O cuidado das crianças e doentes, bem como o trabalho psicológico para reintegração física e emocional de quem cuida, não são passíveis de mecanização e não há razões *a priori* para crer que sejam mais humanizados e eficazes se individualizados ou reduzidos à “privacidade” do núcleo familiar. Desse modo, a autora insiste em que “a responsabilidade compartilhada e o trabalho cooperativo, em que o cuidado não se dê às custas da saúde daquelas que o provêm, são a única garantia de um cuidado adequado” (Federici, 2014, p. 155).

Em suma, vemos que o projeto político transformador advogado por Federici vai hoje além da remuneração pública pelo trabalho reprodutivo, e mesmo do desmantelamento de uma divisão sexual do trabalho que atribui a reprodução compulsoriamente às mulheres: trata-se de repensar a própria lógica privatista desse trabalho. Lógica esta que, surgida do capitalismo no processo de sua acumulação primitiva, é conduzida pelo neoliberalismo a um extremo destrutivo à vida física e psicológica das mulheres. Para a filósofa italiana, o grande desafio colocado às lutas feministas está na incorporação da agenda política dos comuns às demandas pela transformação da reprodução social.

Conclusões

As lutas com que o movimento feminista se depara na atualidade revelam desafios complexos em meio ao neoliberalismo. As lutas contrapõem-se à apropriação massiva do corpo feminino para sua objetificação, para a acumulação de capital mediante o trabalho reprodutivo não pago – o que envolve a naturalização das diversas opressões, desde a dominação dos elementos biológicos até a apropriação das formas de comportamentos que moldam os seres sociais.

Entretanto, deve-se destacar que as mutações do capitalismo advêm de um longo contexto histórico, que apenas modificou sua forma de atuação. Ambas as autoras indicam que, sob o neoliberalismo, consolidou-se a ideia de que as mulheres só conquistaram o seu lugar no mundo ao saírem para o trabalho remunerado; entretanto, o trabalho doméstico, por sua vez, continuou sendo de suma responsabilidade das mulheres, sendo este trabalho considerado invisível socialmente, enquanto corresponde a uma força motriz para a continuidade do capitalismo, em todas as suas formas de atuação. A invisibilidade do trabalho de reprodução social reflete uma base de exploração pelo capitalismo, que transforma o trabalho do cuidado em amor, tornando desnecessária a remuneração desse trabalho em todas as suas estruturas.

Há, decerto, diferenças importantes entre as duas abordagens. No que se refere ao momento da explicação social, por exemplo, nota-se uma diferença temática: enquanto Federici enfatiza mais o processo histórico da acumulação

primitiva e sua vinculação à construção da presente divisão sexual do trabalho, Fraser se dedica às contradições que decorrem das formas contemporâneas de expropriação do trabalho reprodutivo das mulheres. Há, ainda, diferenças teóricas de monta, com ambas dialogando com o feminismo marxista, mas mediante uma aproximação mais explícita de Federici em relação à obra de Michel Foucault e seu vocabulário, de um lado, e um ecletismo teórico mais abrangente de Fraser, de outro. Isso provoca, ademais, diferenças na compreensão sobre o neoliberalismo e na definição do próprio capitalismo. Ainda assim, ambas alcançam conclusões similares sobre a problemática atual do trabalho doméstico.

Quanto ao momento mais normativo das duas abordagens, as diferenças são mais explícitas: se Fraser encaminha suas reflexões nos termos de uma teoria da justiça social pautada pelo imperativo liberal-deontológico da *paridade participativa*, Federici se aproxima da abordagem da esquerda radical centralizada na defesa e expansão dos *comuns*; abordagem essa também presente na obra recente de Pierre Dardot e Christian Laval (2017). Para Federici (2014, p. 146), esse horizonte “proporcionou uma alternativa lógica e histórica ao binômio Estado e propriedade privada, Estado e mercado, permitindo-nos rechaçar a ficção de que são âmbitos mutuamente excludentes e de que somente existiria escolha entre eles, em relação às nossas possibilidades políticas”. Ele cumpriu também uma função ideológica, “como conceito unificador prefigurativo da sociedade cooperativa que a esquerda radical luta para construir”.

De todo modo, os questionamentos realizados por ambas as autoras à apropriação do corpo feminino em diversas instâncias, bem como os projetos políticos a que se vinculam, envolvem a necessidade de modificar estruturas sociais para além das questões de gênero; abrigam, por caminhos distintos, a construção de projetos emancipadores para toda a sociedade. As discussões ainda seguem, principalmente na construção de ações do movimento feminista que tenham conexão real com demandas do cotidiano das mulheres, principalmente na correlação entre classe, raça e gênero – tema sobre o qual Fraser tem se dedicado recentemente. De todo modo, as contribuições legadas

por Fraser e Federici encerram uma rica fortuna crítica a ser apropriada tanto pelos estudos feministas quanto pelas lutas sociais.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Trad. Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: I. Fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BUENO, Enrico. **Luta por necessidades, luta por justiça**: uma introdução à teoria crítica de Nancy Fraser. Campinas, Oficinas Terrestres Edições, 2021.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Ser Social**, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2018. https://doi.org/10.26512/ser_social.v10i22.12960

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. *In*: MORENO, Renata. **Feminismo, economia e política**. Trad. Luiza Mançano. São Paulo: Sempre Viva, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Trad. Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019b.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Trad. Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, e-70010, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>

FRASER, Nancy. After the family wage: Gender equity and the welfare state. **Political theory**, v. 22, n. 4, p. 591-618, 1994. <https://doi.org/10.1177/0090591794022004003>

O trabalho feminino sob o neoliberalismo: contribuições de Nancy Fraser e Silvia Federici | Bueno, Amorim, Jesus Amorim & Jesus

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, n. 70, p. 101-138, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000100006>

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História. **Mediações**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n2p11>

FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Direito GV**, v. 7, n. 2, p.617-634, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200011>

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx. **Direito & Práxis**, v. 6, n. 1, p. 703-728, 2015. <https://doi.org/10.12957/dep.2015.15431>

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios**, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>, acesso em 14/05/2024.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Trad. Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. Trad. Aline Scátola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**. Trad. Nathalie Bressiani São Paulo: Boitempo, 2020.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Trad. Áurea B. Weissenberg. São Paulo: Vozes, 1971.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789 -1848. Trad. Maria L. Teixeira, Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia**, v. 5, n. 10, 2003. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2003.v5i10.a13458>

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TEIXEIRA, Nathan M. A. Corpo, cotidiano e reprodução: considerações sobre o neoliberalismo a partir de Silvia Federici. **Griot**, v. 21, n. 3, p. 218-235, 2021. <https://doi.org/10.31977/grirfi.v21i3.2446>

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2018.